

1. Introdução

Trata-se de estudo voltado para a análise das políticas públicas sob o viés do direito social à educação, na perspectiva contextual das escolas em tempo integral no Brasil, a partir dos fundamentos teóricos acerca da concepção de Estado de Bem-Estar Social no Brasil.

O conceito de política pública é entendido como ação do Estado orientada pelo Governo que de forma coerente, abrangente, legítima, sistemática e sustentável busca responder às demandas sociais e desenvolver mandatos constitucionais e legais, recorrendo a diferentes métodos de análise e ponderação, modelos de gestão e critérios de avaliação com a participação dos atores envolvidos no problema e na busca da solução (Avelar, 2018).

Ao passo que a política das escolas em tempo integral apresenta-se como como resposta educativa que pressupõe um determinado — modelo educativo que reforça a — forma escolar característica da — escola tradicional, passando pela escolarização e permanência (Pires, 2012).

Objetiva-se com este artigo a análise das políticas públicas educativas interligada aos conceitos jurídicos, visando ampliar o espectro de abordagem desta temática. Vislumbra-se, assim, analisar a intervenção desta política no cenário educacional brasileiro. Para atingir esse intento, utilizou-se como aparato metodológico a revisão de literatura acerca destes temas.

Por fim, compreende-se o Estado como uma entidade regulatória e até certo ponto intervencionista na sociedade, uma vez que é responsável por garantir que os direitos fundamentais de todas as pessoas sejam cumpridos e monitorados igualmente, porém também intervém em outras áreas como a econômica onde regula impostos e alíquotas estabelecidos no mercado nacional.

2. Políticas públicas e Estado

O conceito de política pública é de recente aparição na ciência política e na gestão pública latino-americana. Pode-se dizer, então, após Muller (2002), que há não mais de duas décadas o conceito de Políticas Públicas começou a ser conhecido em textos acadêmicos da França, Espanha e Estados Unidos, principalmente como resultado da influência de linguagens que organizações como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento ou o ECLAC (*Economic Commission for Latin America and the Caribbean*) começaram a usar.

É importante ressaltar que o conceito de Políticas Públicas começa lentamente a se assimilar como atributo de coerência, integralidade e sustentabilidade na decisão e ação dos governos, especialmente para apontar as diferenças entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento como o Brasil (Muller, 2002).

A ciência política tradicional considerou nos anos 50 e 60 que as Políticas Públicas (políticas) eram variáveis dependentes da atividade política (política), nesse quadro é possível explicar o que se entende por Políticas Públicas. Nesse sentido, para definir o objeto de Política Pública, é necessário definir o termo política e apontar que existem pelo menos 3 significados que são cobertos pela mesma palavra da seguinte forma (Martins, 2006):

- a língua inglesa distingue na primeira instância a política concebida como a esfera do governo na política das sociedades humanas.
- A política relacionada ao tipo de organização e luta pelo controle do poder político e,
- a política como uma designação dos propósitos e programas do poder público, da política.

Hecló & Wildavsky, citado por Luce (2014), propuseram para esta uma definição simples, uma política pública é uma ação governamental voltada para a realização de objetivos fora de si. Vieira (2011), por sua vez, propõe uma definição próxima, apontando que “a política pública é a ação do poder público dentro da sociedade (p. 11)”. Nesse quadro, se constata que a política pública é constituída por ações governamentais o que os governos dizem e o que fazem em relação a um problema ou uma controvérsia. Silva (2022, p. 34), por sua vez, considera que a Políticas Públicas “é um processo pelo qual os

programas de ação pública são elaborados e implementados, ou seja, dispositivos político-administrativos coordenados, em princípio em torno de objetivos explícitos”.

Outros autores brasileiros definiram a Política Pública como o conjunto de sucessivas respostas do Estado ou de um Governo específico a situações consideradas socialmente problemáticas ou a seguir Carvalho (2007, p. 24), que as define como o “conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e ações do regime político diante de situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução delas ou as levam a níveis gerenciáveis”. Essas definições, em particular as primeiras; parecem limitados porque acham que as Políticas Públicas são, acima de tudo, respostas dando a impressão de um Estado apenas reativo a eventos fora dele.

Nesta ordem de ideias, Avelar (2018) menciona que, por políticas públicas, busca-se dizer a ação do Estado orientada pelo Governo que de forma coerente, abrangente, legítima, sistemática e sustentável busca responder às demandas sociais e desenvolver mandatos constitucionais e legais, recorrendo a diferentes métodos de análise e ponderação, modelos de gestão e critérios de avaliação com a participação dos atores envolvidos no problema e na busca da solução. Além de dizer a orientação estratégica do Estado que se articula em uma perspectiva de médio e longo prazo e sobre a qual as competências dos diferentes órgãos governamentais são ajustadas. Essa orientação busca garantir os direitos dos cidadãos e cumpre os propósitos essenciais do Estado.

Nesse quadro e abandonando as definições, surge o conceito de análise de políticas públicas, que visa o conjunto de dispositivos compostos por (Avelar, 2018):

- Os objetivos coletivos que o Estado considera desejáveis ou necessários, incluindo o processo de definição e formulação;
- Os meios e ações processados, total ou parcialmente, por uma instituição ou organização governamental;
- Os resultados dessas ações incluem consequências desejadas e não intencionais.

Especificando; a análise das políticas públicas consiste em examinar uma série de objetivos, meios e ações definidos pelo Estado para transformar parcial ou totalmente a sociedade, bem como seus resultados e seus efeitos. Por conseguinte, é necessário esclarecer que não faz sentido falar de uma política de Estado como tal. Então é possível falar sobre uma política pública econômica, social, externa, e assim por diante, sendo que

essa operação admite explicitamente uma distribuição da realidade e de diferentes campos, setores e territórios (Luce, 2014).

Seguindo Muller (2002), deve-se notar que a Política Pública se materializa através de uma construção social e da construção do objeto de pesquisa. Uma simples observação das ações das autoridades e seus efeitos mostra que a delimitação de seus membros em uma greve política; é um exercício muito mais complexo do que se poderia imaginar inicialmente. Portanto, a definição de Políticas Públicas adotada pelo pesquisador para analisar esse processo deve ser livre de subjetividade, pois depende dela a análise e a visão e construção e a imprensa pessoal que ele analisará em uma Política Pública.

Uma leitura de políticas públicas indica que, no sistema jurídico brasileiro, o Plano Nacional de Desenvolvimento está previsto como instrumento normativo através do qual os governos exercem sua função de formular políticas públicas; de acordo com uma lógica setorial e com o objetivo de definir as diretrizes gerais da ação estatal; reitera-se, então, que cabe ao governo definir as diretrizes gerais das Políticas Pública (Elossais, 2020).

O discurso e as políticas públicas no contexto da América Latina são mais válidos a partir de sua prática. O processo de transformação do Estado, que começa com as reformas de ajuste estrutural, marca um curso de racionalização da intervenção estatal sobre padrões de eficiência e ética que encontram nas políticas públicas um maior desenvolvimento (Muller, 2002).

Nessa medida, as políticas públicas também são fruto de um paradigma e de uma forma de compreender a ação governamental como resultado da interação em diferentes atores do sistema político, do regime político, da sociedade civil e das organizações econômicas. Não há políticas em sua forma mais pura, na medida em que reflete o grau de desenvolvimento, coesão em um sistema social e um sistema político e eles carregam todos os seus atributos e deficiências (Silva, 2022).

Segue-se ao estudo específico da política educativa das escolas em tempo integral, no Brasil, como forma de apresentar um estudo conceitual focalizado na concretização do direito social à educação, mediante intervenção política, com alicerce na Constituição da República.

3. A política pública educativa das escolas em tempo integral

A política das escolas em tempo integral apresenta-se como como resposta educativa que pressupõe um determinado — modelo educativo que reforça a — forma escolar característica da — escola tradicional, passando pela escolarização e permanência. Esta política, reflete-se numa mudança de referencial de escola pública, em que a escola em tempo integral se reporta a uma percepção política do que é (ou deve ser) a escola pública; numa determinada percepção das desigualdades escolares, as quais se manifestam pela desigualdade no acesso aos serviços educativos; no papel do Estado - que é o garante da provisão do Sistema Educativo na sua globalidade - (Pires, 2012).

Trata-se, portanto, da representação de um novo modelo educativo cuja premissa é oportunizar ao corpo discente das escolas pública o acesso à permanência na escola, por meio de práticas atrativas e conectadas com a realidade dos alunos, apresentando-lhes novas oportunidades de aprendizagem, caracterizando-se por ser um “tempo ampliado, dedicado à educação escolar, estruturado e institucionalizado (Coelho & Cavaliere, 2002, p. 7)”.

Desta forma, amplia a forma escolar como maneira quase única de conceber a educação (Canário, 2005, p. 62) e intensifica o tempo de trabalho escolar, ou seja, o ofício do aluno (Perrenoud, 1995), contribuindo assim para o preenchimento do tempo livre deste, a fim de afastar-lhe das possibilidades negativas ofertadas pelo ócio.

No Brasil, a política das escolas em tempo integral, mantém-se como uma forte aliada dos objetivos sociais de construção de uma sociedade voltada para o mundo do trabalho, na medida em que, nos três anos do Ensino Médio são ofertadas disciplinas eletivas cujo intuito é o preparo técnico necessário ao ingresso na vida profissional. Na visão de Barcelos (2019, p. 42), objetivo do ensino de tempo integral:

"é melhorar a qualidade da aprendizagem, inclusão e retenção no sistema educacional de meninas e meninos. Proporcionar o desenvolvimento de competências para aprender a aprender e aprender a conviver através da expansão e eficiência do tempo, do fortalecimento dos processos de gestão escolar e do fortalecimento das práticas pedagógicas, bem como da incorporação de novos materiais educativos".

Esta política pública levanta a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos de educação, particularmente aqueles voltados para crianças e jovens de setores sociais vulneráveis, uma vez que trata-se de eliminar a desigualdade em termos de acesso ao conhecimento e desenvolvimento de habilidades que se nota no sistema educacional;

e isso através da extensão do horário escolar e da forma como o tempo é utilizado e a aplicação de uma proposta claramente pedagógica, composta por seis áreas de trabalho (linhas de trabalho) a serem consideradas que, naturalmente, estão enquadradas nas definições do Plano e dos programas de estudo da educação básica (Pires, 2012).

De acordo com diversos documentos analisados desde o início dos anos 90, a maioria dos sistemas educacionais dos países latino-americanos promoveu uma política voltada para a melhoria da qualidade da educação, baseada em um princípio de equidade e com ela o compromisso de efetivar o direito de todas as crianças e jovens serem treinados para enfrentar os desafios do século XXI (Ramos, 2021).

Nesse sentido, o programa busca obter resultados positivos na educação no Brasil, por isso estabelece um objetivo geral, que é gerar ambientes educacionais propícios à ampliação das oportunidades de aprendizagem e ao desenvolvimento das habilidades dos alunos de acordo com os propósitos da educação pública básica e da possibilidade oferecida pela incorporação de Linhas de Trabalho na extensão do dia letivo (Tavares, 2012).

É bem sabido o quão importante é o aprendizado e o desenvolvimento no ensino, buscando áreas de inovação, melhorias educacionais. Todos esses itens que expõem em seus objetivos parecem levar a construir uma realidade mais alinhada com a mudança gradual que aclama a educação no Brasil, são padrões para melhorar a aprendizagem e o que tudo isso engloba uma qualidade para ter essa eficiência no ambiente escolar (Tavares, 2012).

Agora, de acordo com o Documento Oficial da Organização do Trabalho em Escolas de Tempo Integral, deve-se especificar os objetivos do PEI, de tal forma se identificam os propósitos e condições que eles colocam em prática para sua própria aplicação, e são os seguintes (Oliveira, 2020):

- Incorporar no trabalho educativo diferentes linhas de Trabalho com o objetivo de aprofundar o desenvolvimento do currículo, contribuir para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades para a aprendizagem, fortalecer as habilidades comunicativas e sociais através do estudo de outra língua, favorecer a convivência, sensibilidade, percepção e criatividade artística e o cuidado com o patrimônio cultural, bem como promover a cultura da saúde;
- Incentivar o envolvimento dos pais na vida escolar para promover uma colaboração informada e comprometida na tarefa educacional;

- Ampliar oportunidades de interação para reflexão e trabalho colaborativo entre a comunidade escolar – particularmente entre os professores – para promover processos pedagógicos e gestão escolar;
- Fortalecer mecanismos de coordenação institucional com órgãos públicos e privados nos níveis federal, estadual e municipal que promovam ações para oferecer um serviço de qualidade às comunidades escolares participantes do EPTI.

Desta forma, é possível confirmar que o principal objetivo da educação é ampliar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento integral, bem como implementar competências nos alunos de acordo com os propósitos da educação básica. De acordo com as estipulações do programa, a proposta pedagógica de seis linhas de trabalho para a extensão do dia letivo: fortalecimento da aprendizagem sobre os conteúdos curriculares, uso didático de tecnologias da informação e comunicação, aprendizado de linguagens adicionais, arte e cultura, recreação e desenvolvimento físico e vida saudável (Migani, 2015).

A partir de então, analisa-se os pontos teóricos referentes às discussões sobre o Estado de Bem-Estar Social e a Educação, no contexto da política pública educativa brasileira das escolas em tempo integral.

4. O Estado de Bem-Estar Social e a Educação

É bem sabido que o Estado como é conhecido hoje foi formado como uma entidade regulatória e até certo ponto intervencionista na sociedade, uma vez que é responsável por garantir que os direitos fundamentais de todas as pessoas sejam cumpridos e monitorados igualmente, porém também intervém em outras áreas como a econômica onde regula impostos e alíquotas estabelecidos no mercado nacional.

A educação foi forjada como um direito geral desde o século passado em que a educação era valorizada como um direito para todos os brasileiros onde o Estado começou a garantir níveis básicos no sistema educacional transformando-o em algo constitucional onde o ensino fundamental e médio foi estabelecido como secular, livre e obrigatório para todos os brasileiros que viviam dentro do território nacional, independentemente de suas ideologias, religião e classes sociais.

O surgimento do Estado de Bem-Estar Social no século XX possibilitou que a tendência iniciada em 1793 alcançasse seu ápice, consolidando a educação como direito fundamental, de fato, como direito social, que exige a intervenção energética do Estado. O estado de bem-estar propôs a extensão da educação a todas as classes sociais, e a ruptura da estrutura bipolar dos sistemas educacionais, implementando uma educação comum para toda a população, portanto com currículo comum e sem seleção precoce de alunos. É o momento da escola integral que aparece nos anos 50 que tenta efetivar uma política educacional que visa expulsar da escola a reprodução das desigualdades sociais e educacionais (Avelar et. al., 2018).

No entanto, com o estado de bem-estar sob a perspectiva da educação, o que se busca é que a educação dos brasileiros, além de universal, ajude a resolver vários problemas que o país enfrenta, como o analfabetismo, essa incapacidade de ler e escrever outros como a pobreza e até mesmo a insegurança, abordando nas instituições de ensino a implementação de práticas de valores morais e cívicos, unidade nacional e identidade, companheirismo, a fim de alcançar a erradicação completa das diversas desigualdades sociais, discriminação, etc., que impedem, em alto grau, o livre desenvolvimento do país (Avelar et. al., 2018).

Para Machado (2022) a escola pública tem o dever de enfrentar tendências desintegradoras e inculcar o sentimento de pertencer a uma democracia deliberativa, formando cidadãos educados em virtude cívica e preparando futuros cidadãos para a sociedade do conhecimento, facilitando o acesso igualitário aos bens de uma cultura qualificada.

A educação atualmente é uma área que o governo tem como principal eixo dentro das políticas públicas, onde através de várias reformas constitucionais agora o ensino médio superior também é obrigatório e gratuito, além do fato de que as universidades públicas foram criadas, como tem sido demonstrado, tomando como exemplo os países de primeiro mundo, que, com um alto índice de alfabetização e educação, o grau de confiança do cidadão aumenta, além de participar mais da vida ativa de seu país e de sua economia. Constata-se também que em países com altas taxas educacionais a corrupção e a insegurança não são uma ameaça social ou nacional como se fosse no caso brasileiro (Massardier, 2003).

Nesse sentido, para falar de políticas públicas, é preciso definir essa parte do Estado, do governo e de sua posição de administração, é com isso que se pode dar origem ao contexto em que as políticas públicas são desenvolvidas. O autor Carvalho (2007)

afirma que o Estado é uma instituição pública dotada de personalidade jurídica, é uma entidade de direito, que ao organizar o poder político em relação à população e ao território, nos dá duas formas diferentes de Estados, unitários ou centralistas e do Estado composto ou federado.

Nesta matéria, o Estado é uma organização em torno desse espírito e isso alcança a liberdade objetiva. Um conjunto de instituições que o governo exerce e aplica as leis a uma população. Com isso, deve-se entender também que o governo é o conjunto de órgãos, que exerce poder tático, na organização, distribuição de poder tudo isso é feito através da administração pública e é público porque eles são para cumprir o poder do Estado e no estado há população. Ao falar que é público, aponta-se seu interesse comum (Carvalho, 2007).

Posteriormente, a administração é a função organizadora dos serviços públicos de direção, ajuda e substituição da atividade dos indivíduos. Uma vez que a Administração, a autoridade, chamada para um papel de liderança na atividade política, não se limita ao governo; não é concreto direcionar em vista os objetivos sociais da atividade dos cidadãos, mas também se manifesta através da administração. Essas duas tarefas se envolvem. O governo é impossível sem administração e exige que um governo assuma a direção dos serviços públicos (Carvalho, 2007).

Para poder falar sobre políticas públicas, é necessário implementar esclarecimentos em algumas palavras-chave, como estado, governo, administração, racionalidade etc. e também falar um pouco sobre a relação que surge entre indivíduo e público. Nesse sentido, apontar a origem das políticas públicas, esclarecendo o caráter público da política, abordando o processo de políticas públicas (Machado, 2022).

Nesse sentido, se vai partir da origem das políticas públicas, como surgiu no pós-guerra porque há necessidade de refundação das instituições, na racionalidade da tomada de decisão e no uso dos recursos. Além disso, é importante situar no desenvolvimento das ciências sociais, onde novas disciplinas aparecem na Segunda Guerra Mundial, correntes sinódicas aquelas que se opõem ao quantitativo e propõem o qualitativo, mais tarde outra corrente germina o racionalismo (Luce, 2014).

Ao que foi anteriormente colocado, Barroso (2011) diz que o conhecimento do processo de decisão é importante e o conhecimento no processo de decisão, refere-se às necessidades científicas. Sua abordagem é em torno da ação pública com isso eu aluduto à racionalidade e, quando se fala de racionalidade, nos referimos a essa capacidade humana que nos permite pensar, avaliar e agir de acordo com certos princípios de

otimização e consistência, para satisfazer algum objeto ou propósito. Usando a razão, o ser humano tenta escolher alcançar os maiores benefícios, desde as variadas limitações do cérebro, e as limitações de ação no meio ambiente.

Continuando com a contribuição de Frei Laswell indica que o processo faz parte da definição dos problemas, neles se devem incorporar o conhecimento científico e aplicar-se aos problemas públicos, e no processo, como os atores se movem no palco serão analisados. Quem determina esse problema também é como ele o incorporou. Para que se visualize a transição das ciências sociais para a ciência política e políticas públicas, é importante abordar claramente a questão das políticas públicas (Silva, 2022).

É importante esclarecer que no campo do estudo pelas ciências sociais, grandes problemas, fenômenos sociais são abordados através de teorias e metodologias para poder descrever, compreender, explicar e interpretar. Enquanto no campo do estudo da ciência política são abordados os problemas sobre o bem-estar da humanidade, é mais específico, orientado para a busca de soluções, é estudado por esse conhecimento e no processo de políticas por meio de metodologias que projetam evidências empíricas para os problemas fundamentais do homem da sociedade e, finalmente, o campo de estudo das políticas públicas enfrenta problemas públicos (interesse público) e problemas dos políticos (são os desafios dos tomadores de decisão), estuda esses problemas e decisões públicas por meio de abordagens multidisciplinares e multimetmédicas para resolver problemas que dificultam o bem-estar (Barrozo, 2014).

Da mesma forma, encontra-se o termo política em três significados dentro da língua inglesa; A Política, as políticas, as políticas, onde criado como o escopo do governo das sociedades humanas é a polidade. Por sua vez, como atividade das organizações e luta pelo controle do poder. A organização dos recursos materiais, humanos e financeiros é a política e, finalmente, a designação do propósito e dos programas do poder público é a Política, designando um novo campo multidisciplinar e profissional desenvolvido nas sociedades democráticas liberais (Machado, 2022).

Neste termo específico, ele é diretamente responsável por estudar aqueles problemas que, por sua natureza, são descritos como naturais como públicos e aqueles processos de tomada de decisão; dessa forma, o termo “política pública” refere-se ao sistema que utiliza elementos científico-técnicos gera uma forma de fazer política (política). Mas, por outro lado, as políticas públicas também se referem às políticas de governo ou de uma organização não-governamental, em um determinado país ou grupo de países, neste quando atende certas condições (Mueller, 2002).

Com isso, é importante resgatar a parte das "estratégias de ação" que qualquer governo realiza diante da barbárie em larga escala dos problemas que surgem em várias conjunturas; quando tais estratégias podem ser argumentadas que fazem sentido público, que atendem ao interesse público e ou respondem ao resultado da agregação das vontades individuais do cidadão público (Mueller, 2002).

Então, segundo esses dois grandes autores Barroso e Afonso (2011, p. 26) se referem a políticas públicas e políticas governamentais não significam a mesma coisa, ou seja, não se referem à mesma coisa, porque são diferentes, de uma forma diferente; "para manter que as políticas públicas e políticas governamentais são meios equivalentes a assumir (...) o princípio ideológico característico dos Estados totalitários e autoritários: o monopólio burocrático governamental do público”.

Agora assumindo que uma política pública é vista como "um programa de ação governamental ou em um espaço geográfico", se pode atribuir as seguintes características com base no que Avelar et. al. (2018) mencionam:

1. **Um conteúdo:** a atividade pública geralmente está relacionada na forma de um conteúdo, de algo tangível; recursos (recursos) quando mobilizados geram resultados ou produtos (resultados), que podem ser elementos a serem investigados;
2. **Um programa:** uma política pública não se reduz a um ato concreto considerado isoladamente; porque a política ao perturbar alguma ordem, necessariamente essa ordem afetará outras; porque no aspecto social não há geração espontânea, qualquer ação relacionada a uma reação de igual ou maior intensidade;
3. **Uma orientação normativa:** presume-se que a atividade pública não seja resultado de respostas aleatórias, mas, pelo contrário, a expressão de propósitos e preferências que o tomador de decisão, consciente ou não, ou voluntariamente ou sob o peso das circunstâncias, não pode deixar de assumir. Ou seja, a atividade pública deve ser meditada e guiada por um conjunto de elementos que, juntos, geram uma norma. A tomada de decisão nas políticas públicas responderá ao impacto que os diversos fatores em torno de uma política têm.

Um fator de coerção: a atividade pública vem da natureza autoritária do ator do governo. Competência social: uma política pública é definida por sua competência, por seus atos e suas disposições que afetam a situação. No entanto, a política pública em termos de políticas define-a como o conjunto de ações intencionais e causais orientadas

para a relação de um objetivo de interesse ou benefício público, sendo importante lembrar que a política pública tem a intenção e o objetivo de satisfazer as necessidades, bem como ações concretas na política focadas na tomada de decisões (Avelar et. al., 2018).

Assim, o caráter público da política mostra a intervenção de atores que não sejam o governo em políticos (sindicatos, organizações da sociedade civil, empresas, receitas, assembleias de bairro etc.) essa esfera pública é o campo em que os cidadãos individuais, por si mesmos ou pelos cozinheiros de suas organizações, fazem política e fazem políticos.

Vieira (2011) menciona que a partir da conceituação das políticas de referência é feita às políticas que o Estado projeta e implementa, seja verticalmente ou de forma redistributiva, que afete interesses dominantes na sociedade e sem tê-lo colocado em debate ou submetido à análise entre os grupos interessados. Por sua vez, Barroso (2011) após fazer uma distribuição entre o particular e o privado aponta que o Estado só toma conta do público, tanto nas sociedades onde as liberdades civis e políticas foram formadas, sendo por isso que o Estado nacional é o estado que toma conta do público.

Agora, para o mesmo autor, há três sentidos para entender o conceito do público: o primeiro implica a projeção feita por indivíduos, por meio de canais ou individuais ou coletivos, de assuntos considerados de interesse geral; a segunda refere-se à transparência e abertura em que essas matérias devem ser veiculadas como públicas, e a terceira refere-se ao envolvimento dos recursos obtidos por meio da arrecadação tributária. Ou seja, o público tem a ver com necessidades, interesses, mas em um escopo geral (Santos, 2015).

As políticas públicas podem ser analisadas de diferentes pontos de vista, o que no final deve ser entendido é que a política pública não é um espaço neutro, mas constitui um cenário onde as forças políticas convergem, confrontam, lutam e concordam. Pode-se até dizer que todos os tipos de políticas sempre expressam uma ação de conflito, discordância e mediam nele os interesses de certos grupos políticos e sociais, que buscam obter uma certa vantagem e especificamente correspondência com seus interesses (Santos, 2015).

Uma grande influência é exercida por grupos de pressão que representam os interesses de diferentes setores sociais e que, ao mesmo tempo, têm a função de canalizar decisões para beneficiar tanto governantes quanto governados. Não é questionável que Santos (2015) indique que a característica primária de uma política educacional na sociedade está ligada aos valores que distinguem os membros de uma comunidade, sendo que o importante é distinguir que toda a política educacional é fortalecida por meio de

diferentes atividades de um processo político no qual diferentes grupos e indivíduos lutam por seus interesses e pela realização de propósitos.

Luce (2014) destaca na política educacional que é necessário considerar os esforços realizados por partidos políticos, facções, grupos e líderes em conflito para obter posições formais de autoridade legítima nos órgãos de governo. O processo político também opera nos intermináveis conflitos entre nações e blocos internacionais. Já Martins (2006, p. 18), por sua vez, assume as políticas educacionais como "o conjunto de disposições governamentais, que com base na legislação, em vigor formam uma doutrina coerente e utilizam certos instrumentos administrativos para alcançar os objetivos do Estado no campo da educação".

A política educacional é uma parte constitutiva das políticas públicas. A partir das noções gerais que abordam os problemas conceituais e metodológicos do estudo de políticas públicas, é possível compreender a política educacional como parte integrante do conjunto maior de políticas públicas implementadas pelo Estado para abordar questões de interesse geral da sociedade (Barrozo, 2014).

A política educacional, na visão de Elossais (2020, p. 19), pode ser definida como "o conjunto de ações do Estado que tem como objeto o sistema educacional, sendo que essas ações vão desde a definição dos objetivos desse sistema e de sua organização, até a implementação de suas decisões". Contudo, as mudanças nas políticas educacionais geradas no Brasil estão entrelaçadas com eventos internacionais e nacionais que marcam uma mudança vertiginosa na esfera política, econômica e social, que define o curso da educação no âmbito brasileiro, ainda não superada e cada vez mais incerta.

Portanto, entendo que por trás do conceito político está a ideia de continuidade nos aspectos fundamentais do desenvolvimento educacional e do respeito aos diferentes tempos que se cruzam na educação (o tempo do sistema educacional que supõe processos lentos para assimilar inovações de professores que possuem projetos profissionais e pessoais e a formação de gerações de alunos). Em seguida, deve-se notar que pelo sistema educacional quero dizer o conjunto de políticas, instituições, processos, disciplinas e atores, cujo objetivo é oferecer um serviço que garanta o direito de cada pessoa à educação; nos termos atuais trata-se de garantir uma educação de qualidade com equidade para todos (Elossais, 2022).

Seguindo o trabalho de Santos (2015), as políticas educacionais referem-se ao conjunto de decisões e ações tomadas com o propósito deliberado de mudar os insumos, processos e produtos de um sistema educacional. A reforma das políticas educacionais

refere-se ao conjunto de ações deliberadas para mudar o equilíbrio de um sistema educacional, por meio da configuração de insumos, processos ou produtos. Por fim, política, instituições e processos são elementos constitutivos do que representa a complexidade do sistema educacional. Compreender cada um deles, bem como as inter-relações que eles têm uns com os outros, é uma condição necessária, embora não suficiente, para orientar a transformação da educação em um determinado espaço e tempo.

Os sistemas educacionais na América Latina não têm sido alheios a esses processos de reforma estatal. O mais conhecido tem a ver com a descentralização, ou seja, com uma posição que aposta em maior autonomia da escola e para isso é necessário transferir o poder de decisão do nível central (governo federal) para níveis intermediários (governos estaduais) (Luce, 2014).

A política educacional está no meio de um conflito no qual enfrenta demandas sociais e de grupo, ainda não há um projeto abrangente na educação, no qual a sociedade, as instituições existentes e o poder público participem, mas o conflito e o choque de interesses sobrevivem. As mudanças que a educação exige não podem mais ser estabelecidas por simples modificação ou ajuste de decretos, a abertura democrática também gerou a crise do autoritarismo como modelo de governo. A transição educacional só será possível se os diferentes atores sociais envolvidos no desenvolvimento da educação estiverem envolvidos (Luce, 2014).

Vale ressaltar que políticas eficazes para corrigir a pobreza, a desigualdade e a falta de oportunidades são uma necessidade urgente. Por fim, as políticas educacionais, como parte integrante das políticas públicas, fornecem um conjunto de instrumentos para regular e complementar as instituições. É possível acrescentar dizendo que todas as mudanças propostas em questões educacionais se originaram de uma crise em que o sistema educacional se viu submerso porque não respondeu à nova atitude dos alunos que apresentam uma modificação acelerada no conhecimento, à falta de atualização no contexto e, portanto, à demanda por ajustes contínuos.

O sistema educacional tem mantido mudanças que levem em conta o desenvolvimento integral do aluno, as atividades realizadas pelos professores, o programa curricular, como menciona Silva (2022), as reformas no campo da educação buscam uma administração adequada do ensino e os instrumentos para a realização do processo educacional para que haja uma relação correta entre ensino e aprendizagem.

É possível comentar que hoje os governos de todo o mundo têm reformado seus sistemas de educação para elevar seus padrões, seus modelos e, assim, garantir que mais alunos alcancem níveis mais elevados de conhecimento na forte competição pelo sucesso econômico. E todas essas reformas são acompanhadas de novos temas; o compromisso com a aprendizagem e a preparação do aluno para a aprendizagem ao longo da vida e como as habilidades podem ser fomentadas no uso de novas tecnologias de informação e comunicação na escola (Carvalho, 2007).

O sistema educacional responde às particularidades das condições econômicas e sociais em que se desenvolve. E ainda mais se delimitarmos para a construção de uma educação com qualidade. No entanto, um dos conceitos que mais diz respeito à presente pesquisa é o da qualidade, bem como a Organização Internacional para a Padronização (ISO) é criada em 1947, sendo uma federação de escopo global integrada por órgãos nacionais de padronização de 130 países, incluindo o Brasil e também Portugal (Carvalho, 2007).

Também concordo quando ele fala sobre o fato de que, para melhorar a qualidade da educação, deve ser a prioridade de qualquer programa destinado a colocar as meninas na escola e garantir que elas continuem a sua educação. Há pelo menos cinco elementos-chave que afetam a qualidade da educação: o que o aluno traz consigo, o meio ambiente, os conteúdos, os processos e os resultados. Esses elementos formam uma base para monitoramento de qualidade. Certamente afirma que a educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento comunitário, a igualdade de gênero, a segurança humana e o progresso das nações. É um grande desafio, mas também uma oportunidade (Silva, 2022).

Serei guiado pelo modelo educacional da OCDE porque é uma organização que tem grande peso sobre o Brasil em termos de educação e, principalmente, ao avaliá-la, é necessário que se compreenda o que essa organização define como qualidade na educação: aquela que garante a todos os jovens a aquisição dos conhecimentos, habilidades, habilidades e atitudes necessárias para equipá-los para a vida adulta. As escolas de qualidade são as que promovem o progresso de seus alunos em uma ampla gama de conquistas intelectuais, sociais, morais e emocionais, levando em conta seu status socioeconômico, seu ambiente familiar e seu aprendizado prévio. Um sistema escolar eficaz é aquele que maximiza a capacidade das escolas de alcançar esses resultados (Silva, 2022).

Nesse sentido, quando se refere à educação para que se possa ver o planejamento educacional no futuro e nessa mesma faixa ser capaz de se adaptar ao contexto.

Existem diversos autores, como Santos (2015) que define um sistema educacional e de qualidade por suas características, que são:

- Ser acessível a todos os cidadãos;
- Fornecer recursos pessoais, organizacionais e materiais, ajustados às necessidades de cada aluno para que todos possam ter as oportunidades que promovam ao máximo seu progresso econômico e pessoal;
- Promover mudanças e inovação na instituição escolar e nas salas de aula (o que alcançará, entre outros meios, possibilitar a reflexão compartilhada sobre a própria prática docente e o trabalho colaborativo dos professores);
- Promover a participação ativa dos alunos, tanto na aprendizagem quanto na vida da instituição, em um quadro de valores onde todos se sentem respeitados e valorizados como pessoas;
- Conseguir a participação das famílias e se inserir na comunidade;
- Estimular e facilitar o desenvolvimento e o bem-estar dos professores e outros profissionais do centro.

E enfatiza alguns fatores que determinam a qualidade nas escolas primárias, por exemplo (Santos, 2015):

- **Os recursos materiais disponíveis:** salas de aula, salas de recursos, biblioteca, laboratório, pátio, instalações esportivas, móveis de professores, experiências e atitudes dos funcionários em geral, capacidade de trabalhar em equipe, playgrounds de alunos/professores, tempo de dedicação, em que os serviços e ações realizados pelas pessoas são o que determinam a qualidade de qualquer organização. Nesse sentido, sua participação e comprometimento são muito importantes;
- **A direção e gestão administrativa e acadêmica do centro:** trabalho gerencial, organização, fundação de serviços, relações humanas, coordenação e controle;
- **Aspectos pedagógicos:** Projeto educacional, Projeto curricular, avaliação inicial da adequação dos alunos dos objetivos e conteúdos. Tratamento da diversidade, metodologia didática. Uso em recursos educacionais, avaliação, tutoria, realização dos objetivos pretendidos.

Em seus estudos, Avelar et. al. (2018) mencionam dois indicadores para saber quando um modelo educacional tem má qualidade, e isso é apreciado quando ele existe: a absoluta falta de controle e a influência do perfil do professor. A falta de definição dos conhecimentos e habilidades pedagógicas que um professor deve ter. Para o autor, a qualidade é entendida como: o benefício ou utilidade que satisfaz a necessidade de uma pessoa ao adquirir um produto ou serviço, dependendo de suas demandas; enquanto a não qualidade é entendida como aqueles problemas que surgem ao medir as características intrínsecas de um produto, como custos e o que foi produzido, independentemente de ser necessário ou não.

De acordo com as contribuições de Massardier (2003), a parte do "processo" é aquela que define os problemas, nos quais se deve incorporar o conhecimento científico e aplicar problemas públicos. Por outro lado, "no processo" se analisa como os atores políticos se movem no palco, por isso é importante cuidar de como ele está sendo dito e como ele está sendo feito.

É por isso que se refere a análise de políticas públicas porque é aí que ela nasce, o que da Ciência Política e, conseqüentemente, como agir envolvendo o governo. Nesse sentido, a análise das políticas públicas surge no contexto em que a política tinha que ser justificada, a função do governo é decidir e executar o que se nota. A ciência política busca fornecer o conhecimento necessário para melhorar a prática da democracia cujo objetivo é a realização da dignidade humana na teoria e de fato (Massardier, 2003).

A generalidade das políticas públicas refere-se à interpretação, aliança e conflito em um quadro institucional específico entre os diferentes atores públicos; para público e privado, e assim resolver um problema coletivo que requer ação estipulada. É realmente absurdo encontrar a realidade e a teoria de forma diferente, hoje há interesse em unificar elas, então o objetivo é equilibrar ambas as partes. Só assim será possível consolidar um bom funcionamento no país, com o governo cercado por políticas públicas (Vieira, 2011).

Nesse sentido, Barrozo (2014) adverte que os sistemas de educação devem garantir que crianças e jovens adquiram as ferramentas necessárias, habilidades de resolução de problemas e conhecimentos necessários para funcionar no mundo atual. Isso pode ser baseado na teoria do funcionalismo, que menciona que a educação deve nos formar como pessoas com uma determinada função na sociedade.

Portanto, para que a educação se torne um catalisador para o crescimento e o combate à pobreza, desigualdade social, insegurança, entre outros aspectos, deve levar em conta certas medidas essenciais. A primeira delas seria uma reforma nos currículos,

incluindo melhores currículos que atendam às necessidades locais, especialmente nas áreas rurais, também na formação de professores, e no fortalecimento dos níveis do sistema nacional de ensino (Barrozo, 2014).

5. Conclusão

Sendo assim, é possível concluir que o principal objetivo da educação é ampliar as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento integral, bem como implementar competências nos alunos de acordo com os propósitos da educação básica, visando o fortalecimento da aprendizagem sobre os conteúdos curriculares, uso didático de tecnologias da informação e comunicação, aprendizado de linguagens adicionais, arte e cultura, recreação e desenvolvimento físico e vida saudável (Migani, 2015).

No Brasil, a política das escolas em tempo integral, mantém-se como uma forte aliada dos objetivos sociais de construção de uma sociedade voltada para o mundo do trabalho, na medida em que, nos três anos do Ensino Médio são ofertadas disciplinas eletivas cujo intuito é o preparo técnico necessário ao ingresso na vida profissional.

Contudo, esta política pública levanta a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos de educação, particularmente aqueles voltados para crianças e jovens de setores sociais vulneráveis, uma vez que se trata de eliminar a desigualdade em termos de acesso ao conhecimento e desenvolvimento de habilidades que se nota no sistema educacional.

Por fim, é possível constatar que esta política educacional, no Brasil, tem, a partir de intervenções importantes, contribuído para a efetivação do direito social à educação da população menos assistida, confirmando assim que premissa das responsabilidades compartilhadas ente setor público a sociedade, na propositura, execução e controle de políticas públicas. No entanto, é preciso ampliar a reflexão acerca do protagonismo da sociedade no acompanhamento e avaliação de resultados destas políticas públicas.

6. Referências bibliográficas

- Avelar, M., Nikita, D. & Ball, S. (2018). *Education Policy Networks and Spaces of 'Meetingness': A Network Ethnography of a Brazilian Seminar*. DOI: 10.5040/9781474296052.ch-003.
- Barcelos, V. R. (2019). *Tempo integral como conceito e como experiência escolar: Congruências e discrepâncias*. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC.
- Barroso, J. (2013). A emergência do local e novos modos de regulação das políticas educativas. In: *Educação, Temas e Problemas*. A escola em análise: olhares sociopolíticos e organizacionais, 6 (12-13): 13-26.
- Barroso, J. Afonso, N., org. (2011). *Políticas educativas: mobilização de conhecimento e modos de regulação*. V. N. de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Barrozo, C. M. de M. (2014). *Políticas públicas educacionais: uma análise do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB)*. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.
- Canário, R. (2005). *O que é a Escola? Um "olhar" sociológico*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, L.M. (2007). Acerca do papel do conhecimento nas políticas públicas de educação: inquirindo instâncias e actores de mediação. *Revista Contemporânea de Educação*, 2 (4): 1-15
- Coelho, L., & Cavaliere, A. M. (2002). Apresentação. In L. Coelho, & A. M. Cavaliere, (Org.), *Educação Brasileira e(m) Tempo Integral* (pp. 7-10). Petrópolis: Editora Vozes.
- Elossais, E. A. (2020). *Políticas públicas aplicadas ao ensino fundamental: consequências no desempenho dos alunos brasileiros no exame PISA*. Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos Política e Estratégia (CAEPE). Rio de Janeiro: ESG.
- Luce, M. B. (2014). Políticas Públicas no Brasil: Reconfiguração e Ambiguidades. In MADEIRA, Lígia Mori (Org.). *Avaliação de políticas públicas*. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV.
- Machado, T. S. (2022). *Os impactos da pandemia em criações de políticas públicas para o acesso integral da educação básica no Brasil*. TCC (graduação em Direito). Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia: PUC-Goiás.
- Martins, P. E. M. (2006). (Orgs.). *Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, p. 189-204.
- Massardier, G. (2003). *Politiques et action publiques*. Paris: Armand Colin.

Migani, E. J. (2015). As dificuldades para a qualificação do docente no ensino superior privado e a fragilidade da legislação na sua tutela. *Revista Vertentes Do Direito*, v. 2, n. 1, p. 63-81.

Mueller, P. (2002). *Políticas públicas*. Pelotas: Educat.

Oliveira, A. M. N. (2020). A pandemia e a formação integral: perspectivas para a Educação. *Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal*, v. 7, n. 3, p. 77-86, 2020

Perrenoud, P. (1995). *Ofício de Aluno e Sentido do Trabalho Escolar*. Porto: Porto Editora.

Pires, C. A. (2012). *A “escola a tempo inteiro” - operacionalização de uma política para o 1º ciclo do ensino básico: Uma abordagem pela “análise das políticas públicas”*. Lisboa.

Ramos, E. M. (2021). *Educação integral e o papel da escola em tempos de pandemia COVID-19*. TCC (Graduação em Pedagogia). Universidade do Estado do Amazonas. Manaus: UAM.

Santos, P. S. M. B. (2015). *Guia prático da política educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos*. (ebook). 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, v. 1, 360p.

Silva, A. C. R. (2022). *As políticas públicas para Educação Especial no Brasil (2001-2020) e suas implicações para o trabalho dos professores da área*. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Pedagogia.

Tavares, C. (2012). *Educação integral, educação contextualizada e educação em direitos humanos: reflexões sobre seus pontos de intersecção e seus desafios*. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá, v. 31, n. 2.

Vieira, S. F. (2011). Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE* – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. Porto Alegre.